

HABEAS CORPUS Nº 473.133 - SP (2018/0264166-7)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
IMPETRANTE : RICARDO SABBAG
ADVOGADO : RICARDO SABBAG - SP223538
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : YURI DIAS RODRIGUES (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de YURI DIAS RODRIGUES, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, proferido no julgamento do HC n. 2206375-72.2018.8.26.0000.

Consta dos autos que o paciente foi preso em flagrante e denunciado como incurso no art. 33, *caput*, c/c art. 40, inciso III, ambos da Lei 11.343/06 (tráfico de drogas). A prisão foi convertida em preventiva, conforme decisão de fls. 160/162.

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, o qual denegou a ordem em acórdão assim ementado:

HABEAS CORPUS alegação de falta de fundamentação da r. sentença que indeferiu o direito de recorrer em liberdade, tendo se baseado tão somente na gravidade concreta do crime inocorrência decisão que ao indeferir o direito de recorrer em liberdade faz menção à grande quantidade de material entorpecente apreendido.

HABEAS CORPUS presença do fumus comissi delicti no laudo de constatação e prova oral que indica a mercancia de drogas, indicando o paciente como autor presença do periculum libertatis pelo fato do paciente não apresentar vínculos com o distrito da culpa; praticar o crime com alta reprovabilidade e periculosidade natureza da droga; paciente que informou estar desempregado prisão preventiva que não ofende o princípio da presunção de inocência fato de ser primário e sem antecedentes não vedam a possibilidade da prisão cautelar indeferimento liminar (fl. 60).

No presente *mandamus*, o impetrante sustenta a ausência dos requisitos para a manutenção da custódia preventiva. Ressalta as condições pessoais favoráveis do paciente.

Argumenta que, em caso de condenação, o paciente terá direito à minorante do tráfico privilegiado. Alega ser suficiente, no caso concreto, a aplicação de medidas alternativas à prisão previstas no art. 319 do Código de Processo Penal - CPP.

Requer, assim, em liminar e no mérito, a revogação da prisão preventiva.

O pedido de liminar foi indeferido (fls. 204/205). As informações foram prestadas pelas instâncias ordinárias (fls. 212/244 e 247/285).

O Ministério Público Federal opinou pela prejudicialidade do *writ* ante a superveniência de sentença penal condenatória (fl. 287/288).

É o relatório.

Decido.

O *habeas corpus* está prejudicado.

Isso porque, conforme consta do parecer do Ministério Público Federal (fl. 126), confirmado em consulta ao endereço eletrônico do Tribunal de origem, sobreveio sentença penal condenatória, nos autos da Ação Penal n. 1500321-42.2018.8.26.0062, a que se refere a presente impetração, não sendo possível, todavia, aferir o teor do julgado.

É cediço que esta Quinta Turma firmou posicionamento no sentido de que a manutenção da custódia cautelar por ocasião de sentença condenatória superveniente não possui o condão de tornar prejudicado o *writ* em que se busca sua revogação, **quando não agregados novos e diversos fundamentos ao decreto prisional primitivo**. Nesse sentido: RHC 53.194/RS, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 15/03/2016, DJe 28/03/2016.

O entendimento revela-se substancialmente claro: a superveniência de sentença condenatória que mantém a prisão cautelar constitui título novo, que substitui - e supera - o decreto prisional impugnado mediante *habeas corpus*, exceto se o Magistrado sentenciante não adota fundamentos novos e diversos daqueles apresentados por ocasião da decretação da segregação preventiva.

In casu, a manutenção da custódia cautelar afigura-se verossímil, pois consta do andamento processual, disponível no endereço eletrônico do Tribunal de origem, a expedição de guia de recolhimento provisória do paciente, após a prolação da sentença.

Todavia, não há como aferir se a segregação antecipada foi mantida sem a adoção de novos e diversos fundamentos para a cautela - requisito indispensável ao prosseguimento do *writ* que busca revogá-la, diante da notícia da produção de novo título judicial que examinou a necessidade de manutenção da constrição.

Tratando-se o *habeas corpus* de rito célere, no qual não se admite a dilação probatória e cuja devida instrução compete ao impetrante, a este incumbiria, diante da superveniência de fato novo, a diligência de acostar aos autos o novo título judicial produzido no feito principal, a fim de demonstrar que o aludido julgado não tem o condão de afastar, no caso concreto, a impugnabilidade da decisão combatida pelo presente *mandamus*.

Constatado o silêncio do impetrante quanto à prolação da sentença, mesmo após a interposição de recurso de apelação, afigura-se forçoso entender pela perda de objeto do presente *habeas corpus*, diante da prolação de novo título.

Por adotar idêntico raciocínio, faço menção à decisão prolatada nos autos do RHC n. 63.337/MG, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, Quinta Turma, DJe 5.2.2016.

Ainda, considerando a superveniência da condenação, fica prejudicada a alegação de desproporcionalidade da prisão preventiva do paciente. Nesse sentido, trago à colação o seguinte julgado da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça:

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. ROUBO MAJORADO. CONCURSO DE AGENTES. PRISÃO EM FLAGRANTE CONVERTIDA EM PREVENTIVA. SUPERVENIÊNCIA DE CONDENAÇÃO. NEGATIVA DO APELO EM LIBERDADE. MESMOS FUNDAMENTOS DO DECRETO PREVENTIVO. AUSÊNCIA DE PREJUDICIALIDADE. CONSTRIÇÃO CORPORAL FUNDADA NO ART. 312 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. MODUS OPERANDI. GRAVIDADE CONCRETA DA CONDUTA. CUSTÓDIA FUNDAMENTADA E NECESSÁRIA. DESPROPORCIONALIDADE DA MEDIDA CONSTRITIVA. SUPERADA. MODO INICIAL SEMIABERTO IMPOSTO NA CONDENAÇÃO. NECESSIDADE DE COMPATIBILIZAÇÃO DE REGIME. COAÇÃO ILEGAL EM PARTE EVIDENCIADA. MEDIDAS CAUTELARES ALTERNATIVAS. INSUFICIÊNCIA E INADEQUAÇÃO. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. RECLAMO DESPROVIDO. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO.

(...)

5. A superveniência de sentença torna prejudicada a tese defensiva de desproporcionalidade da prisão preventiva frente eventual condenação.

6. Firmada a culpabilidade dos réus e proferida sentença condenatória, impondo-lhes reprimenda a ser cumprida em regime semiaberto, mostra-se a prisão cautelar desproporcional.

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2612 - Brasília, Disponibilização: Sexta-feira, 15 de Fevereiro de 2019 Publicação: Segunda-feira, 18 de Fevereiro de 2019

7. Condições pessoais favoráveis não têm, em princípio, o condão de, isoladamente, revogar a prisão cautelar, se há nos autos elementos suficientes a demonstrar a sua necessidade.

8. Concluindo-se pela imprescindibilidade da preventiva, fica clara a insuficiência das medidas cautelares diversas da prisão, cuja aplicação não se mostraria adequada para a preservação da ordem pública.

9. Recurso ordinário em habeas corpus desprovido. Ordem concedida de ofício determinando que os recorrentes aguardem em regime semiaberto o esgotamento da jurisdição ordinária (RHC 95.606/MG, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe 04/05/2018).

Pelo exposto, com fundamento no art. 34, XI, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, julgo prejudicado o presente *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimações necessárias.

Brasília, 08 de fevereiro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator